

Os evangélicos e o processo republicano brasileiro

Saulo Baptista¹

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i39.53288>

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a contribuição evangélica ao processo republicano brasileiro, com foco na atuação de seus líderes no congresso nacional. O método adotado foi revisitar pesquisas para teses de doutorado e mestrado, realizadas entre 2000 e 2006. Além dessas fontes, foram consultados verbetes do acervo biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro). O texto traz definições sobre o que é ser protestante, pentecostal e neopentecostal; discute a presença desses atores evangélicos no espaço público e aponta o que distingue suas estratégias e ênfases, nas eleições e no exercício de mandatos parlamentares.

Palavras-chave: evangélicos, formas de governo, república, sociedade brasileira

The evangelicals and the brazilian republican process

Abstract: The purpose of this article is to present the evangelical contribution to the Brazilian republican process, focusing on the performance of its leaders in the national congress. The method adopted was to revisit research for doctoral and master's theses, carried out between 2000 and 2006. In addition to these sources, entries from the biographical collection of the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC/FGV) were consulted. The text provides definitions of what it means to be Protestant, Pentecostal and Neopentecostal; discusses the presence of these evangelical actors in the public space and points out what distinguishes their strategies and emphases, in elections and in the exercise of parliamentary mandates.

Keywords: evangelicals, forms of government, republic, Brazilian society.

¹ Doutor em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo), Mestre em Sociologia (Universidade Federal do Pará), Bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (UEPA). Email: saulo.baptista@gmail.com.

Los evangélicos y el proceso republicano brasileño

Resumen: El propósito de este artículo es presentar la contribución evangélica al proceso republicano brasileño, centrándose en el desempeño de sus líderes en el congreso nacional. El método adoptado fue la revisión de investigaciones para tesis de doctorado y maestría, realizadas entre 2000 y 2006. Además de estas fuentes, se consultaron entradas de la colección biográfica del Centro de Investigación y Documentación de Historia Contemporánea de Brasil (CPDOC/FGV), Rio de Janeiro. El texto proporciona definiciones de lo que significa ser protestante, pentecostal y neopentecostal; analiza la presencia de estos actores evangélicos en el espacio público y señala qué distingue sus estrategias y énfasis, en las elecciones y en el ejercicio de los mandatos parlamentarios.

Palabras clave: evangélicos, formas de gobierno, república, sociedad brasileña.

Recebido em 21/04/2020 - Aprovado em 04/12/2020

Introdução

A questão a ser discutida neste artigo é a seguinte: como tem sido a presença e contribuição dos evangélicos para o processo republicano brasileiro? Em outras palavras: qual democracia e qual república a sociedade brasileira está construindo e que papel os evangélicos têm desempenhado nesse processo?² Antes de enfrentar a questão, diretamente, convém indagar: que tipo de sociedade os evangélicos encontraram no Brasil? Ou seja, qual era o substrato religioso implantado nessas terras, ocupadas pelos portugueses, desde o ano de 1500 até a chegada das sucessivas missões protestantes, a partir do século XIX?

O catolicismo do século XIX, espalhado e diversificado pelas vastas regiões do Brasil, era tensionado entre um catolicismo elitizado e as expressões do denominado catolicismo popular, cuja sobrevivência dependia pouco da assistência de padres, que,

² Preliminarmente, esclarecemos que evangélicos compreendem cristãos originários das tradições reformadas e seus desdobramentos, nos séculos XVI e XVII, tais como luteranos, presbiterianos, anglicanos, batistas; no século XVIII, metodistas; adventistas (séc. XIX) e membros de outras denominações cristãs, chegados ao Brasil através de missões proselitistas ou, simplesmente, por vias migratórias. O termo evangélico abrange, ainda, pentecostais e neopentecostais, que se diferenciam dos grupos citados devido a ênfases em batismo com o Espírito Santo, falar em línguas estranhas, curas divinas e exorcismos. (Cf.; MENDONÇA; VELASQUES FILHO, 2002; FONSECA, 2003; MAFRA, 2001; MARIANO, 1999). Voltaremos a discutir, mais adiante, o que significa essa categoria evangélico.

aliás, eram escassos em rincões mais afastados do país.³ Não é estranho anotar que esse catolicismo elitizado herdou da Casa Grande sua opulência de classe, enquanto o segundo exibia um hibridismo gerado, originalmente, na Senzala (FREYRE, 2004). Diante desse quadro de contrastes, setores que se nutriam do catolicismo europeu trabalhavam para romanizar essa igreja católica quase onipresente, em terras brasileiras, enquanto que “a organização de parte significativa dos ritos católicos cabia aos leigos. Eram eles que, na prática, faziam acontecer a ‘religião católica’, dando [...] sentido à crença, baseado nas suas experiências, nas suas vivências cotidianas.” (SANTOS, 2011a, p.3). Nesse contexto, começaram a ingressar na sociedade brasileira as primeiras missões protestantes, originárias, a minoria, do continente europeu, e a maior parte, dos Estados Unidos da América. A essa altura, cabe-nos esclarecer o que se entende por evangélico e protestante, e como chegaram e cresceram na composição da sociedade brasileira.

Quem são os evangélicos?

Os termos evangélico e protestante foram adotados, de forma simultânea, em contextos distintos pelos reformadores, tanto na Alemanha como na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII. Na Alemanha, o objetivo era realçar a fidelidade do crente aos princípios do evangelho. Na Inglaterra, o conceito evangélico designava um partido, os *dissenters* (dissidentes), ou seja, aqueles que não se conformavam com os padrões da igreja estabelecida, que, no caso, era a Igreja Anglicana.⁴

Sobre o significado de evangélico e protestante no Brasil, Dreher reconhece que: “[e]sses dois conceitos são polissêmicos. Quando pronunciados são ouvidos e entendidos pelos ouvintes e pelos que os emitem nas mais diferentes acepções.” (2014, p.35). Reconhecemos que, além de polissêmicos, são conceitos dinâmicos, mudam no tempo e no espaço, conforme as construções sociais que os ressignificam em função da necessidade de entendimento e dos interesses em jogo, seja nos espaços internos da prática religiosa, seja nos externos, como a esfera pública.

Nossa trajetória pessoal nos levou a procurar compreender, desde a adolescência, o que significava ser evangélico, o que distinguia protestante de pentecostal, bem como outras questões que se colocavam, cotidianamente, relacionadas a esse campo religioso, porque sendo, na época, membro de uma igreja batista, enfrentávamos o

³ Sobre esse contexto do catolicismo rural não iremos nos estender. Todavia, recomendamos leitura da tese de Antônio Gouvea Mendonça intitulada **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil, principalmente a primeira parte, que trata do contexto sócio-histórico-cultural em que se deu a entrada do protestantismo missionário no sudeste brasileiro (Cf. MENDONÇA, 2008).

estranhamento de familiares, na maioria católicos, bem como de colegas, nos ambientes escolares e profissionais. Passadas algumas décadas, em 2005, durante pesquisas de doutorado, apresentamos um estudo sobre o deslocamento da identidade evangélica brasileira, em evento sobre inclusão social e perspectivas pós-estruturalistas de análise social.⁵ Essa discussão de identidade evangélica era realçada pelo mal-estar que protestantes tradicionais manifestavam, no confronto com práticas neopentecostais, de teatralização de curas e exorcismos em redes abertas de televisão. Chegamos ao entendimento de que, no Brasil, até os anos de 1970, ser evangélico era ser identificado como protestante, enquanto ser pentecostal significa pertencer a uma seita mais restrita, de pessoas que falavam “línguas estranhas”. Todavia, a partir de meados dessa década (1970), a categoria evangélica, outrora centrada no chamado protestantismo histórico de missão, foi, paulatinamente, passando por uma mudança de centro de gravidade, de tal modo que atingiu maior densidade no campo pentecostal e neopentecostal. Foi assim que esses campos específicos passaram a ser reconhecidos, como “os evangélicos” com maior visibilidade, o que tem sido perceptível, seja na autodefinição de agentes do próprio campo (antropologicamente, os chamados nativos), seja pelo tratamento que recebem na mídia brasileira.

Com o crescimento significativo do pentecostalismo e do neopentecostalismo, nas décadas seguintes,⁶ o termo evangélico passou a servir de dossel para abrigar tanto os atores recentes como os mais antigos, pertencentes ao protestantismo de missão e de imigração. No sentido êmico⁷, os que pertencem a esse conjunto tão diversificado de igrejas se autodenominam evangélicos, embora prefiram ser denominados segundo sua tradição específica (batistas, assembleianos, presbiterianos, etc.). No senso comum, evangélico é, por exclusão, quem não professa catolicismo, ortodoxia, espiritismo,

⁴ Para melhor compreensão dessas ideias, sugerimos a leitura do texto de Martin Dreher (2014), cujo título é exatamente: “Protestantes-evangélicos: buscando entender”.

⁵ Na ocasião, levantamos e analisamos dezenas de discussões sobre a identidade evangélica, postadas nas redes digitais. O relatório dessa pesquisa foi apresentado com o título: “Deslocamento da identidade evangélica brasileira nas três últimas décadas (1975-2005)”, no Seminário internacional: “Inclusão social e as perspectivas pós-estruturalistas de análise social”, realizado em Recife, Pernambuco, entre 28 a 30 de junho de 2005 (Instituições promotoras: UFPE/FUNDAJ/UFPA/UFAL).

⁶ Com base nos censos do IBGE, verifica-se que “os pentecostais [...] cresceram 8,9% anualmente, enquanto os protestantes históricos atingiram a cifra de 5,2%. Com isso, os pentecostais, que perfazem dois terços dos evangélicos, saltaram de 8.768.929 para 17.617.307 adeptos (ou seja, de 5,6% para 10,4% da população) de 1991 a 2000, ao passo que os protestantes históricos passaram de 4.388.310 para 6.939.765 (de 3% para 4,1%)” (MARIANO, 2004, p.122).

⁷ Na antropologia, **êmico** diz respeito ao modo de pensar dos membros de uma comunidade e abrange: crenças, valores, pontos de vista e afins.

umbanda, Santo Daime, Wicca, religiões afro-brasileiras ou de outras tradições, como judaísmo, budismo, islamismo, confucionismo, que estão fora do campo cristão. Todavia, acrescentaremos, substantivamente, o que significa o termo evangélico.

Ser evangélico, segundo os que professam tradições protestantes, pentecostais e neopentecostais, é abraçar um núcleo de doutrinas, centradas na leitura da Bíblia, e adotar um conjunto de comportamentos, também resultantes da interpretação desses escritos sagrados; embora haja inúmeras variações de entendimento, como mencionou Dreher (2014), no texto já citado. David Bebbington (1989, p.3) resume, em quatro marcas distintas, o pensamento evangélico conservador: a primeira marca trata da necessidade de conversão pessoal, ou seja, o crente tem que passar pela experiência do “nascer de novo”, pela fé no sacrifício expiatório de Jesus Cristo; a segunda marca se refere à crença na autoridade da Bíblia, como “única regra de fé e prática”, a ser obedecida em todas as situações da vida do fiel; a terceira, trata da crença na morte redentora e ressurreição de Jesus Cristo, o Filho de Deus, e, a quarta marca exige que o fiel seja um propagador ativo do evangelho. Esses quatro aspectos são denominados, respectivamente, conversionismo, biblicismo, crucicentrismo e ativismo; “juntos, eles formam um quadrilátero de prioridades que é a base do evangelicalismo”, completa Bebbington (1989, p.3).

Os evangélicos comportam uma diversidade de grupos religiosos, como Batistas, Presbiterianos, Metodistas, Congregacionais, e outros, que chegaram ao Brasil, através de iniciativas missionárias proselitistas. Sociologicamente, esses grupos são denominados “protestantes de missão”. Também são incluídos na designação evangélicos, os Luteranos e Anglicanos; todavia, como esses implantaram igrejas a partir da chegada de levas de imigrantes ficaram conhecidos como “protestantes de imigração”. (MENDONÇA, 2005; MENDONÇA e VELASQUES, 2002; CAMPOS, 2014).

O campo religioso evangélico se completa com os grupos que mais têm crescido em número de seguidores, desde os anos de 1970. Referimo-nos aos pentecostais e neopentecostais, que se distinguem dos protestantes, porque, além de abraçarem as marcas do quadrilátero citado anteriormente, agregam uma quinta característica: o batismo pelo Espírito Santo, cuja evidência externa é a manifestação da glossolalia. Ou seja, o pentecostal acredita que não basta o fiel experimentar o novo nascimento; ele deve receber o batismo do Espírito Santo e, quando o receber, entrará em êxtase e falará línguas estranhas. Trata-se de uma doutrina baseada em interpretação de relato bíblico (Atos dos Apóstolos, cap. 2, principalmente).⁸ Quanto ao neopentecostalismo, trata-se

⁸ Para o leitor que deseje informações mais detalhadas sobre essa dimensão da espiritualidade cristã, denominada **pentecostalidade**, sugerimos consultar Campos (2016)

de uma designação vaga e abrangente, que serve para designar igrejas e tendências que enfatizam a possibilidade de manejar forças espirituais e até materiais, em busca de solução imediata de problemas os mais diversos, tais como: carências materiais e afetivas, doenças, fobias, ciúmes, traições, vícios e uma lista infindável de sofrimentos e angústias inerentes à própria condição humana. Esse estilo de espiritualidade toma de empréstimo as marcas do pentecostalismo e agrega duas outras: a primeira, reside na chamada “batalha espiritual”, ou seja, uma beligerância permanente contra os seres demoníacos, que, conforme essa doutrina, são responsáveis por todos os males da humanidade; e a segunda marca ou pilar, corresponde à “teologia da prosperidade”, baseada na retribuição divina; quer dizer, tudo que o fiel doar à igreja, estará doando a Deus, e este lhe retribuirá de forma multiplicada, em bençãos de toda natureza, como saúde, sucesso profissional, família estruturada, libertação de vícios, fama, enfim, prosperidade, em todas as dimensões da vida.⁹

Como se organizam os evangélicos?

O quadro apresentado serve para definir os evangélicos, mas convém trazer, em acréscimo, um pouco das características de organização interna desses grupos. Existem no campo religioso evangélico semelhanças com os modelos políticos clássicos: monarquia, aristocracia e democracia; e com a degradação deles em tirania, oligarquia e oclocracia, respectivamente. Na prática, esses modelos não se apresentam em estado puro. Apenas destacaríamos, aqui, uma observação clássica. “Entre a natureza do governo e seu princípio, há esta diferença: sua natureza é o que faz ser como é, e seu princípio é o que o faz agir. A primeira constitui sua estrutura particular e, a segunda, as paixões humanas que o movimentam”. (MONTESQUIEU, 1799, p. 41).

Consideremos os governos das denominações religiosas.¹⁰ O governo episcopal da Igreja Anglicana se aproxima do católico, porém é mais flexível, ou mais aberto, pois possibilita que os fiéis tenham grande parcela de influência. Os bispos são eleitos por um colegiado, composto de leigos e clérigos. “No dia a dia das paróquias, os leigos ocupam cargos e têm voz e voto. [...] O bispo é um *primus inter pares*, que se diferencia dos membros da comunidade pela vocação assumida e formação teológica, [cujo] governo

⁹ Não cabe, nos limites deste artigo, discutir o significado teológico dessas marcas do neopentecostalismo. Para o leitor interessado em aprofundar o assunto, sugerimos, a respeito de **batalha espiritual**, as seguintes obras: Bobsin, 2000; Brown, 1996 e 1998; Hickey, 1993; Itioka, 1994; Lopes, 2006; Peretti, 1990; Wondracek, 2009. Quanto à **teologia da prosperidade**, convém consultar: Mariano, 1999; Romeiro, 1993; Silva e Souza, 2010; Xavier, 2009. Há, também, uma interessante problematização dessa teologia no artigo de Boechat, Dutra e Py, 2018.

¹⁰ Acompanhamos, em linhas gerais, o texto de Gamaliel Carreiro (2011), “Democracia epidérmica: declínio do congregacionalismo e ascensão do episcopado nas igrejas evangélicas brasileiras.”

depende da sintonia que mantém com o corpo de membros da comunidade.” (BAPTISTA, 2015, p. 799)

O governo presbiteriano assemelha-se ao modelo de constituição da democracia representativa liberal. A direção da igreja é exercida por um conselho de presbíteros, eleitos pela assembleia de fiéis. Há os que exercem funções diretivas e os que ensinam. As lideranças intermediárias, que cuidam das finanças e da administração em geral, são subordinadas ao conselho diretivo (*id., ibid.*).

A democracia direta é adotada, pelo menos formalmente, nas igrejas batistas e em outras, como a Igreja Congregacional e as comunidades da Aliança de Igrejas Cristãs Evangélicas do Brasil. Nesse sistema, o poder é local e se concentra na assembleia dos membros, com autonomia tanto teológica como administrativa. A comunidade define a estrutura organizacional, elege pastores, diáconos, tesoureiros, professores e controla todos os atos da gestão. A relação com outras igrejas ocorre de forma cooperativa, através de associações de âmbito regional, estadual e nacional. Pastores e fiéis são considerados, igualmente, membros da comunidade, que se inspira no princípio do “sacerdócio universal de todos os crentes” (*id., ibid.*). Na prática, esse sistema tende para um governo de aristocratas que decidem nos bastidores o que julgam ser o melhor para a comunidade, de acordo com seus próprios interesses. Não obstante, os fiéis são sempre convocados para assembleias ordinárias ou extraordinárias, de acordo com os estatutos da igreja. São reuniões de caráter homologatório. Porém, podem ocorrer deliberações fora do que estava combinado, mas se trata de algo incomum.

O pentecostalismo oscila, formalmente, entre o regime congregacional e o presbiteral, mas é mais realista afirmar que a prática mais comum de governo no sistema pentecostal é o despotismo. Segundo Paul Freston: “Embora aconselhado pelo ministério, o pastor-presidente permanece a fonte última de autoridade em tudo, assim como o patrão da sociedade tradicional, que mesmo cercado de conselheiros, maneja sozinho o poder” (1994, p. 86). A análise que Jean-Pierre Bastian faz do sistema pentecostal não é diferente. Segundo ele: “a maior parte das igrejas pentecostais tem dirigentes que são chefes, proprietários, caciques e caudilhos de um movimento religioso criado por eles mesmos e transmitido de pai para filho de acordo com o modelo patrimonial e ou por nepotismo de reprodução” (1994, p.126).¹¹ Da nossa parte, acrescentaríamos que faz sentido associar esse despotismo pentecostal com a cultura autoritária brasileira, o que contribui para o movimento se encaixar tão bem no nosso

¹¹ A tese de Marina Correa (2013) trata das complexas dinâmicas de poder e organização das Assembleias de Deus no Brasil.

sistema político e se tornar, nas décadas recentes, a crença que mais cresce no seio da população brasileira, conforme censos demográficos de 1940 a 2010 (IBGE).

No que concerne ao governo neopentecostal, a situação é curiosa. Essas igrejas funcionam como grandes grupos empresariais, notadamente a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus. A tendência é esse modelo se tornar paradigma, podendo estender-se para outras igrejas evangélicas. Resumidamente, sobre essa modalidade de constituição, afirmamos em texto anterior e reiteramos aqui:

O governo neopentecostal é assumidamente episcopal, mas seu paradigma é a grande empresa. No topo da pirâmide eclesiástica está o executivo, com características de proprietário, embora não assuma essa condição, de forma explícita. Esse executivo pode ostentar os títulos de apóstolo, bispo ou “missionário”, mas o conteúdo da função que exerce é sempre a de maior executivo da empresa-igreja, que, geralmente, fundou ou ajudou a construir. Esse tipo de governo não guarda semelhança com o episcopado das igrejas tradicionais protestantes nem com o episcopado medieval da Igreja Católica. Como afirmou Carreiro (2011, p. 29), o governo neopentecostal “é autoritário não porque é antigo mas porque é moderno”. (BAPTISTA, 2015, p.800)

As reformas protestantes do século XVI abriram precedentes para que qualquer indivíduo desenvolvesse sua espiritualidade e se congregasse com outros comungantes de ideias afins. Essa emancipação religiosa serviu como matriz para a conquista de liberdades civis e potencializou a defesa dos direitos humanos. (BLAINEY, 2012, p.217-222). Os reformadores mais radicais, como batistas e *quakers*, que migraram da Europa para a América, tratavam a liberdade religiosa e o respeito à consciência do indivíduo como coisas sagradas.

Essa liberdade, porém, teria que ser balizada, através de algum tipo de disciplina. Foi o que esses grupos fizeram ao estabelecer a horizontalidade nas relações. Neste sentido, com o “sacerdócio universal de todos os crentes”, todos estavam iguais e credenciados para acesso ao único infalível, Deus, autoridade perante todos; logo, o soberano absoluto. Nessas igrejas da reforma radical, elegia-se um pastor para presidir a congregação e ser responsável pelo ensino, pregação e assistência às famílias. Estava instalada a democracia direta. Nas assembleias, o pastor era um moderador. Seu

voto era equivalente ao voto de qualquer membro. A comunidade delegava a outros membros as responsabilidades administrativas, patrimoniais e financeiras, comuns a qualquer associação. O fundamento bíblico para legitimar esse sistema era a promessa de Jesus Cristo, “onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mateus 18:20), completada por uma declaração contundente, no mesmo capítulo: “Em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu” (Mt. 18:18). Portanto, o que a assembleia, reunida “em nome de Jesus”, deliberasse, passava a vigorar como lei, legitimada pelo soberano, o Filho de Deus, que, sendo membro da trindade, era o próprio Deus. A democracia congregacional foi, dessa forma, sacralizada.

A partir da segunda metade do século XIX, ainda no Brasil imperial, agências missionárias ligadas a congregacionais, batistas, presbiterianos e metodistas, aportaram no Brasil. Traziam como estratégia a implantação de escolas, com paradigmas da educação norte-americana, visando se contrapor à educação jesuíta, predominante na sociedade brasileira. Ainda temos instituições dessa época, funcionando regularmente, como o Colégio Presbiteriano Mackenzie, em São Paulo; o Colégio Piracicabano, dos metodistas; o Americano Batista, em Recife, e tantos outros. Alguns verticalizaram seu campo de influência, criando as universidades confessionais. A presença protestante no campo da educação obteve acolhida das elites locais, nas capitais e grandes cidades, onde foi implantada. Uma parte da elite brasileira mostrava interesse em possibilitar aos descendentes esse tipo de educação liberal, inspirada na filosofia norte-americana. Como tal interesse se restringia à formação escolar, era frustrante para os missionários não obter abertura, em igual medida, para “converter” essas elites à fé protestante.

Protestantismo e república brasileira¹²

A expressão latina *res publica*, da qual se origina república, realça a importância da coisa pública, o bem comum, a capacidade dos cidadãos moldarem a sociedade. Todavia, a experiência republicana brasileira, em sua origem, teve outra ênfase. Nas palavras de Nelson Saldanha: “é certo e sabido que a República não trouxe um conteúdo ‘social’; veio dentro de uma visão apenas política, e por conta de pretensões em que não entravam em linha de conta as necessidades hoje chamadas **reais** do povo” (1978, p.99, grifos no original). Foi dentro dessa construção de república que se desenvolveu uma “democracia representativa”, com insuficiente participação popular, eivada de racismo, sexismo, intolerância religiosa e outros ingredientes, que agridem os direitos humanos e

¹² Esta seção e a seguinte foram trabalhadas em nossa pesquisa de doutorado, sobre cultura política brasileira: práticas pentecostais e neopentecostais (v. BAPTISTA, 2009).

comprometem a cidadania desejada.¹³ Nesse contexto, que tem pouco de republicano e democrático, examinaremos a presença protestante, pentecostal e neopentecostal no espaço público.

O protestantismo está relacionado, como sabemos, com o advento e disseminação da modernidade e, também, com as crises e consequências desta. Esses protestantes, no senso comum conhecidos como evangélicos, são fragmentados, e formam denominações religiosas autônomas. Além de optarem por modelos variados de organização política, cada denominação, grupo ou movimento escolhe como acha melhor se posicionar na esfera pública e estabelecer suas relações com o Estado. No caso brasileiro, queremos destacar a repercussão protestante e, depois, também, a pentecostal, na construção da nossa república, considerando tratar-se de dois momentos distintos.

As ideias que os missionários protestantes traziam de república amoldavam-se à tradição de garantia de liberdades civis dos Estados Unidos da América. Vários missionários trataram dessa questão, enfatizando a necessidade de se estabelecer uma república liberal e democrática no Brasil, inspirados na experiência norte-americana. Muitos desses missionários eram maçons.¹⁴ Então, a democracia norte-americana é liberal, mas sofre influência de forças fechadas, secretas, que decidem muito daquilo que é executado em público. Norberto Bobbio ensinava, que a coisa pública deveria ser tratada em público, um princípio democrático tantas vezes violentado (BOBBIO, 1986, p.84) Basta lembrar que o Congresso brasileiro criou seções secretas para resolver questões que afetam a todos nós, cidadãos, membros de uma república, que, efetivamente, não é tão republicana.

Ainda que sendo minoritário, o protestantismo brasileiro, entre os anos de 1930 e 1960, se apresentava, com ênfase, na defesa de uma pauta liberal, no sentido de cobrar do Estado a garantia da liberdade de crença, de consciência, de expressão, do respeito à diversidade e do direito de todos terem sua integridade respeitada. Não obstante, durante a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, os evangélicos foram, majoritariamente, a favor do regime (CAVALCANTI, 1985; SANTOS, 2005). Em artigo para a revista *Lusotopie*, Paul Freston (1999, p.335), menciona essa presença protestante no parlamento brasileiro:

¹³ Um diagnóstico recente da democracia brasileira, em perspectiva histórica, encontra-se em Lilia Moritz Schwarcz (2019).

¹⁴ Os Estados Unidos da América constituem uma federação republicana, na qual a Maçonaria sempre teve enorme influência. A obra “Em louvor do nepotismo”, de Adam Bellow (2006), comprova a filiação dos presidentes norte-americanos à maçonaria, desde os fundadores até a era de George H. Bush (pai), quando o autor encerrou a pesquisa.

Os protestantes históricos se elegem para o congresso desde os anos 1930, mas sua presença era pequena e discreta. Alguns tinham um eleitorado basicamente protestante, mas nenhum deles tinha o endosso oficial de uma denominação. Era uma presença pluripartidária, sem fortes concentrações ideológicas, cobrindo um leque desde a esquerda não marxista até a defesa apaixonada do regime autoritário. Os pentecostais estavam quase totalmente ausentes do congresso.

Pois bem, nesse protestantismo de tradição liberal tivemos vários deputados e senadores. Eram batistas, presbiterianos, metodistas, congregacionais e luteranos, principalmente. Foram eleitos, entre os anos de 1933 e 1986. Somente uma pesquisa mais extensa poderia trazê-los, todos, à memória, com registro sobre suas contribuições, no debate e formulação de leis republicanas para a sociedade brasileira. Nos limites deste artigo, indicamos alguns nomes, com breves referências, para dar ideia dessa atuação protestante no Congresso brasileiro, quando ainda não havia ação estratégica formal de nenhuma igreja para ocupar esse espaço.¹⁵

Podemos começar citando Guaracy Silveira (1893-1953), considerado o primeiro pastor protestante a ingressar na Câmara dos Deputados, com apoio de líderes eclesiásticos e próceres de centro-esquerda da política nacional. Ele se filiou, inicialmente ao Partido Socialista Brasileiro. Foi, por duas vezes, deputado constituinte. A primeira em 1933, pelo PSB; e a segunda vez, em 1946, filiado ao PTB. Sua passagem pelo primeiro partido foi tumultuada e ele acabou sendo expulso, por divergências com a ala marxista. Em pesquisa para tese de doutorado, Cilas Ferraz de Oliveira (2006, p.88) indica as escolhas ideológicas do parlamentar:

Em discurso na constituinte, defendendo-se da acusação de abandonar o programa marxista do Partido Socialista, Guaracy acrescenta mais uma razão para candidatar-se pelo PSB. Ele disse que foi convidado a filiar-se ao partido e disputar a eleição por sua condição de pastor evangélico e

¹⁵ As informações sobre os parlamentares protestantes, apresentadas a seguir, foram obtidas, principalmente, via consulta eletrônica aos verbetes do acervo biográfico mantido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

com a finalidade de combater a ala marxista dentro do partido.

No parlamento, Guaracy Silveira se autodeclarava “protestante, liberal e socialista”. Sua atuação foi marcada, pelas seguintes bandeiras de luta:

Ele posicionou-se contrário [...] ao Ensino Religioso nas Escolas Públicas, defendendo o ensino de Moral e Cívica. Ele condenou a relação com o Vaticano como Igreja, argumentando que a relação fosse apenas com o Estado. Guaracy defendeu o direito das mulheres de votar e serem votadas a cargos eletivos. A representação de classe na Assembleia Constituinte. Eleições indiretas para presidente da república. Crime de funcionário público deve ser julgado pelo judiciário e não pelo executivo como acontecia. A cassação de cidadania só caberia aos tribunais. O religioso que tem voto de obediência não tem direito a voto nas eleições. Defendeu também o controle do Estado sobre os lucros abusivos para a harmonia entre capital e trabalho. Defendeu uma legislação que regulamentasse o divórcio. (OLIVEIRA, 2007, p. 4)

Nessa sequência de parlamentares protestantes, tivemos o senador Aurélio Viana da Cunha Lima (1914-2003). Sua trajetória teve início na Esquerda Democrática, formada por intelectuais socialistas que se opunham a Getúlio Vargas e a ditadura do chamado Estado Novo. Em 1947, a Esquerda Democrática se retira da UDN, União Democrática Nacional, e forma o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Eleito deputado federal em 1954, ainda pela UDN, pois o PSB estava em formação em Alagoas, Viana adere à Liga de Emancipação Nacional (LEN). Essa agremiação suprapartidária teve existência curta, pois o presidente Juscelino Kubitschek a extinguiu, em junho de 1956, através do Decreto nº 39.338, sob alegação de que era uma organização comunista (LEN, 2010)

A atuação de Aurélio Viana foi marcada pela defesa de projetos em favor da classe trabalhadora, pela autonomia do Brasil, frente aos blocos comandados pelos Estados Unidos e União Soviética e pela defesa intransigente do estado de direito democrático. Com a crise instalada, face a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, Viana levantou sua voz em defesa da posse do vice João Goulart, à revelia de

setores majoritários das Forças Armadas. Viana, também, lutou contra a adoção casuística do parlamentarismo, aprovado às pressas, para cercear a autoridade do presidente Goulart (LIMA, 2010)

Em 1962, Aurélio Viana foi eleito senador pelo estado da Guanabara, com apoio do PTB, cujo líder maior era Leonel Brizola. Em 1964, o golpe civil-militar instaurou um regime autoritário, mas manteve o funcionamento do Congresso. Viana foi relator do projeto Estatuto da Terra, aprovado como Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Em 1965, concorreu para o governo do Estado da Guanabara, porém foi derrotado. Findo seu mandato em 1971, afastou-se da atividade partidária, mas atuou como representante da Universidade Federal de Alagoas, da qual era professor titular, junto ao Ministério da Educação e Cultura, em Brasília, até final dos anos de 1980. Em 2003, ele faleceu (LIMA, 2010).

Conhecemos Adrião Bernardes (1891-1969), baiano, pastor batista e deputado federal pelo estado de São Paulo (1963-1967). Bernardes estudou em instituições batistas, como o Colégio Americano e o Seminário Teológico, ambos em Recife, e a Universidade Baylor, em Waco, Texas (EUA), onde cursou direito. Dedicou-se ao magistério, tanto em Recife como em São Paulo, capital e interior. Com a extinção dos partidos em outubro de 1965 (Ato Institucional nº 2) e a instauração do bipartidarismo, Bernardes se filiou à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime. De 1967 até 1969, dirigiu a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (Codebrás) (BERNARDES, 2010).

Havia outros parlamentares evangélicos, como o cantor Edgard Martins (1929-2005), pastor batista e deputado federal por São Paulo (1975-79). Martins cursou jornalismo, teologia e educação. Era produtor musical e cantor, reconhecido como grande tenor de música sacra, tendo gravado duas dezenas de discos. Politicamente, pertencia ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), todavia, em 1976, frequentou o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) (MARTINS, 2010).

Também de São Paulo era o poeta, radialista e produtor de televisão, Rafael Gioia Martins Júnior (1931-1996). Foi deputado federal em três mandatos sucessivos, pela Arena e seu sucedâneo, o Partido Democrático Social (PDS). Entretanto, contrariando orientação governista, votou favorável à eleição direta para presidente. Derrotada essa emenda constitucional, Gioia Júnior ajudou a eleger o presidente Tancredo Neves, em pleito indireto, no dia 15 de janeiro de 1985. Além de parlamentar, Gioia Jr. desenvolveu intensa atividade em organizações da sociedade civil paulista. Gioia Júnior foi presidente da Associação de Radialistas do Estado de São Paulo; membro da Academia Paulista de Jornalismo, da Academia Maçônica de Letras do Brasil, da Academia Evangélica de Letras do Brasil; presidente do Conselho da União Brasileira de

Escritores, do Departamento da Mocidade Batista do Estado de São Paulo e vice-presidente do Congresso Nacional da Juventude Batista. (MARTINS JÚNIOR, 2010).

Aldo Fagundes (1931-) é gaúcho, membro leigo da Igreja Metodista. Foi deputado federal eleito, sucessivamente, em 1966, 1970, 1974 e 1978, sempre pelo MDB ou PMDB. Formado em direito, após o último mandato, foi designado assessor especial da Câmara de Deputados, onde permaneceu entre 1983 e 1986. Em abril desse ano, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar, onde permaneceu até se aposentar em 2001. Presidiu a Sociedade Bíblica do Brasil, tendo sido eleito em 1976 e 1991. Posteriormente, foi agraciado com o título de presidente de honra, passando a fazer parte do conselho consultivo da mesma entidade (FAGUNDES, 2010)

Daso de Oliveira Coimbra (1926-2007) estudou geografia e medicina, porém atuou como jornalista e professor. Foi deputado federal durante sete mandatos, de 1963 a 1991. Declarava-se “um democrata de centro, contra os extremismos de direita e de esquerda”, mas sua atuação foi sempre a favor dos governos militares. Durante a constituinte de 1988, foi um dos líderes do Centrão, grupo que coordenava as estratégias da direita, contra os parlamentares do Movimento de Unidade Progressista (MUP). Desde o quinto mandato, aproximou-se do PMDB, tendo conquistado seu sexto mandato, em 1986, através dessa legenda. Segundo registro no CPDOC/FGV, Daso Coimbra defendeu as seguintes matérias, durante o Congresso Constituinte de 1988:

Nas principais votações da ANC¹⁶, manifestou-se a favor da pluralidade sindical, da manutenção do sistema presidencialista, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e do limite de 12% ao ano para os juros reais. Votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, o mandado de segurança coletivo, a legalização do aborto, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas diárias, o aviso prévio proporcional, a proibição do comércio de sangue, a legalização do jogo do bicho, a desapropriação da propriedade produtiva [sic], a estabilidade de emprego, a

¹⁶ Cabe esclarecer que não é correto denominar Assembleia Nacional Constituinte ao Congresso eleito com poderes para elaborar uma constituição. Uma Assembleia Constituinte pressupõe autonomia para produzir uma carta magna. Deste modo, os eleitos são escolhidos, junto as forças da sociedade, para a tarefa exclusiva de elaborar a Carta Magna. Inclusive, não precisam ser, necessariamente, filiados a partidos políticos.

adoção do voto facultativo aos 16 anos e a estatização do sistema financeiro. Ficou conhecido na Constituinte como um grande articulador político, tendo influenciado na estruturação do sistema da saúde em favor da iniciativa privada. (COIMBRA, 2010)

Em 1989, Daso Coimbra filiou-se ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN), junto com a leva de políticos que acompanhou a candidatura vitoriosa de Fernando Collor de Melo à presidência da República. Tentou reeleição em 1990, mas foi derrotado. Em janeiro de 1997, Daso Coimbra teve que responder a acusações de falsificação de assinaturas de parlamentares, durante sua atuação na Câmara. O processo envolveu, também, sua filha, Maria Cristina Maranhão Coimbra Ribeiro. “Indiciado por estelionato e formação de quadrilha, Daso Coimbra alegou ‘insanidade mental’ para não prestar depoimento.” [...] “Com base no resultado do inquérito, em agosto de 1997 a Procuradoria Geral da República ofereceu denúncia criminal contra Coimbra” (COIMBRA, 2010). Como membro da Igreja Congregacional do Brasil, Daso Coimbra foi presidente da Mocidade Cristã. Atuou em programas radiofônicos evangélicos, de modo que era bem conhecido nas igrejas do Rio de Janeiro, o que o ajudava a conquistar muitos votos, em todas as eleições de que participou.

Por último, mas sem esgotar a lista de parlamentares protestantes, queremos destacar o governador Iris Resende Machado (1933 -). Formado em direito, trata-se de um político protestante com atuação extensa e intensa. Foi governador de Goiás duas vezes: de 1983 a 1986 e, novamente, de 1991 a 1994. Ministro da Agricultura, durante a presidência de José Sarney, entre 1986 e 1990; ministro da Justiça, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, entre 1997 e 1998; senador, pelo estado de Goiás, entre 1995 e 2003; e prefeito de Goiânia, de 2004 a 2010 (RESENDE, 2010). Iris Resende retornou à prefeitura de Goiânia, em 2017, e continua cumprindo o mandato que deve vigorar até janeiro de 2021. Em discurso de 26/02/2002, no Senado, Iris afirmou sua pertença à denominação cristã evangélica (RESENDE, 2002). O motivo do pronunciamento era celebrar o centenário dessa igreja:

Quero, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, dar aqui o meu testemunho pessoal sobre o movimento evangélico cristão, de que, como já mencionei, faço parte como integrante da Igreja Cristã Evangélica do Brasil, no bairro de Campinas, em Goiânia. Foi ali que pude completar os rigorosos ensinamentos de vida que recebi do

meu pai e da minha mãe, evangélicos que me ensinaram a leitura das Sagradas Escrituras e a importância da militância religiosa e comunitária.

Longe de esgotar essa menção aos protestantes no Congresso, queremos, apenas, arrematar que a maioria deles situava-se mais à direita do espectro político, embora houvesse alguns poucos nos campos de esquerda ou centro esquerda, como Aurélio Viana e Guaracy Silveira, citados anteriormente (LIMA, 2010; SILVEIRA, 2010).

Em pesquisas realizadas sobre a atuação de parlamentares protestantes, antes da década de 1980, as igrejas desse subcampo evangélico não faziam da política instrumento promocional ou estratégico para seu benefício. Era comum a ênfase na separação radical entre Estado e Igreja, tanto por parte desses parlamentares como das lideranças tradicionais protestantes. Os parlamentares que elencamos acima defenderam o fortalecimento do Estado laico, até como questão de sobrevivência, visto que atuavam dentro de uma sociedade hegemonicamente católica. O papel da igreja, nesse caso, era orientar seus membros para um exercício responsável de cidadania, respeitando, porém, as questões de foro íntimo, liberdade de consciência e de expressão (CAMPOS, 2006; WILLEMS, 1967; FRESTON, 1992, 1994; BAPTISTA, 2009).

Os novos atores: pentecostais e neopentecostais

A essa altura cabe indagar: quando foi que os evangélicos mudaram? Não é prudente radicalizar, ou fazer uma leitura maniqueísta, como se houvesse um passado politicamente correto e, a partir de um certo momento, o inaugurar de uma época em que as práticas de novos atores evangélicos passaram a ser, somente, portadoras de vícios. No passado e presente protestantes havia e há questões a serem avaliadas, que contribuíram ou não para o avanço do processo democrático, porém, a mudança ocorreu, principalmente, quando um novo tipo de liderança ingressou no espaço público com outra mentalidade, que não era formada na defesa da separação Estado e Igreja, tradicionalmente defendida pelo protestantismo de inspiração liberal.

A falta de formação nessa ótica republicana, ou as lacunas decorrentes de uma insuficiente formação oferecida na sociedade e, em particular, nas instituições religiosas, permitiu que a relação Estado e Religião fosse sendo contaminada, persistentemente, por vícios, tais como: práticas patrimonialistas, nepotismos e clientelismos, à revelia de uma boa construção republicana cidadã¹⁷. Certamente, há que reconhecer que a tradição

¹⁷ Tratamos dessa temática em pesquisa de doutorado, que resultou na obra **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil** (BAPTISTA, 2009).

política de um país católico só podia apresentar uma herança de experiências na qual não havia essa separação. Pelo contrário, Igreja Católica e Estado eram faces bifrontes de um mesmo processo civilizatório, interrompido no papel, mas não tanto na prática, com a implantação da República, em 1889.

A mudança de comportamento no campo evangélico, teve um marco perceptível. O fator preponderante que trouxe essa transformação foi o ingresso das igrejas pentecostais na esfera pública, ou, mais particularmente, nas disputas para a conquista de cargos municipais, estaduais e federais. Deste modo, essas igrejas deixavam de se comportar como seitas, no sentido weberiano¹⁸ e ingressavam no espaço público com estratégias bem planejadas para apresentar seus candidatos, escolher partidos, angariar votos e exigir dos seus eleitos benefícios para a própria instituição religiosa, que, afinal, era a responsável pela invenção desses “políticos de Cristo”.¹⁹ Alguns até se autodenominavam missionários na política.²⁰ Esse procedimento foi notório na Constituinte, quando as Assembleias de Deus resolveram lançar um candidato por estado da federação brasileira. O resultado das eleições demonstrou que a medida se apresentou exitosa para os propósitos daquela igreja. Até a legislatura que expirava em janeiro de 1987, havia apenas um deputado federal assembleiano na Câmara Federal; após a eleição de 1986, a bancada da Assembleia de Deus saltou desse único representante para 13 deputados federais.

¹⁸ Segundo Max Weber (2006, p.108), “[...] aquilo que constitui a peculiaridade de toda ‘seita’ no sentido propriamente técnico da palavra, [...] é ter verdadeiramente como seu fundamento a transformação de cada uma das comunidades *locais* em sociedades fechadas.” Em outro escrito, Weber afirma: “Ou seja: a comunidade religiosa, isto é, a ‘Igreja visível’ no linguajar usado pelas igrejas reformadas, deixou de ser apreendida como uma espécie de instituto de fideicomissos com fins supraterrâneos, uma instituição que abrangia necessariamente justos e injustos – seja para aumentar a glória de Deus (Igreja calvinista), seja para dispensar aos humanos os bens de salvação (Igrejas católica e luterana) –, e passou a ser vista exclusivamente como uma comunidade daqueles que se tornaram pessoalmente crentes e regenerados, e só destes: noutras palavras, não como uma ‘igreja’, mas como uma ‘seita’(WEBER, 2004, p. 131). “A Igreja, na sua vocação de extensividade, está pronta a compromissos com as instituições da vida pública em geral e com o Estado, interferindo na sociedade e nas culturas, e recebe no seu seio crentes oriundos dos vários estratos sociais e econômicos. A seita nasce da decisão voluntária de adesão dos seus membros e do contrato que estabelecem entre eles e Deus. Por se retrair em relação à sociedade global e à sua cultura, a seita dá origem a uma subcultura própria.” (IGREJA E SEITA, 2003-2020)

¹⁹ Leonildo Campos cunhou essa expressão em texto apresentado à Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), no GT Religião e Sociedade, XXVI ANPOCS, Caxambu, outubro de 2002.

²⁰ Em pesquisa de mestrado, era assim que os vereadores da Assembleia de Deus de Belém se autodenominavam. (BAPTISTA, 2002).

No tocante aos neopentecostais, exemplifiquemos com a Igreja Universal do Reino de Deus, por ser esta a principal referência desse subcampo religioso. Rigorosamente, essa denominação é mais do que uma igreja, no sentido convencional do termo.²¹ Podemos afirmar que a IURD é um grande conglomerado empresarial, composto por uma rede de televisão, a Record, e diversas empresas que operam em outros ramos de negócio, para servir às estratégias do próprio grupo. A face mais visível desse empreendimento gigante, aliás, transnacional, é a igreja. Como empresa moderna, a Universal já nasceu com estratégias políticas em benefício dela própria.

Criada em 1977, a IURD já elegeu, em 1986, seu primeiro deputado federal, bispo Roberto Augusto Lopes, que cumpriu mandato de 1987 a 1991. Foi com essa determinação de estar sempre presente no espaço político, que a IURD elegeu o bispo Marcelo Crivella, em 2002, para o Senado, o qual, após cumprir mandato, foi reeleito e, depois, nomeado Ministro da Pesca, entre 2012 e 2014. Em 2016, Crivella conquistou a prefeitura do Rio de Janeiro. A Igreja Universal chegou a ter 17 deputados e um senador na legislatura de 2003-2007. (BAPTISTA, 2009, p.21).

Constatamos, nas entrevistas, que os gabinetes dos parlamentares da IURD eram subordinados ao bispo Carlos Rodrigues, visto que ele coordenava essa “bancada” suprapartidária, e dispunha dos recursos humanos e materiais de todos os parlamentares da sua igreja. Era uma bancada muito disciplinada, sob controle do líder da igreja, coisa que nenhum partido costuma alcançar, na dimensão que a Universal impunha e alcançava, superando, inclusive, as rígidas regras de fidelidade que as agremiações partidárias utilizam e impõem a seus mandatários. Ou seja, era patente, para quem quisesse constatar, que a IURD controlava uma bancada de clérigos, atropelando o sistema partidário (BAPTISTA, 2009, p.279-281). Porém, essa realidade talvez não seja tão diferente do que acontece com o fato de muitos parlamentares estarem atrelados e subordinados aos sistemas bancário, financeiro, de federação de indústrias, do setor agronegócio, entre outros.

Os pentecostais se consideram herdeiros das reformas protestantes e, ao mesmo tempo, apresentam como característica própria de sua vida religiosa a ênfase na emoção, a efervescência, o transe, o culto improvisado, o falar em línguas estranhas (glossolalia) e apresentar profecias. Essas manifestações são consideradas por eles como evidência do batismo com o Espírito Santo. Tais ênfases os distanciavam do caráter iluminista, racional, do protestantismo conservador. Dizemos que distanciavam, porque, cada vez mais, em tempos não tão recentes, pelo menos nas seis últimas décadas, as igrejas

²¹ Para aprofundar a compreensão da IURD como um conglomerado de empresas, recomendamos leitura da tese de Leonildo Campos, “Teatro, tempo e mercado” (1996).

protestantes estão capitulando aos desejos dos seus públicos para adotarem um modelo mais próximo do pentecostal (CAMPOS, 2008, p. 7-13). Hoje e já há alguns anos, desde o século passado, o protestantismo das igrejas batistas, presbiterianas, metodistas, e outras, vem-se pentecostalizando, aceleradamente. Todavia, ainda há igrejas que mantêm tradições iluministas, no sentido de priorizarem um culto racional, contido quanto a extravasar emoções. Porém, esse subcampo racionalista vem decrescendo, visto que o paradigma dominante no campo evangélico, no sentido de visibilidade midiática e maior quantidade de adeptos, tem-se tornado o pentecostal e neopentecostal.

Indicamos, em parágrafos anteriores, que houve mudanças, desde os anos de 1980, quanto ao declínio na defesa da laicidade, decorrente de alterações no campo evangélico. Na medida em que protestantes perderam hegemonia, pentecostais e neopentecostais conquistaram espaços, tornando-se os atores principais desse campo, tanto no aspecto numérico, pela maior quantidade de seguidores, como devido ao uso mais intenso de mídias e maior presença no parlamento nacional (CUNHA, 2007; FONSECA, 2003). Aquelas marcas de defesa da democracia, ainda que pelo viés liberal, burguês, com ingredientes de laicidade, respeito à diversidade e ênfase nos direitos humanos, foram, paulatinamente, sendo substituídas por bandeiras fundamentalistas e, por vezes, de interesses corporativos. Sobre essas mudanças, Lyndon Santos escreveu:

[O]s evangélicos no Brasil atualmente reproduzem discursos e práticas antidemocráticas, em contraponto a uma das contribuições históricas e culturais do protestantismo para a modernidade. Além disso, tendem a ignorar e rejeitar a democracia enquanto valor e ideal político, mesmo aquelas tradições reformadas mais afeitas e ligadas ao advento da democracia no ocidente. (2011b, p.2399).

Desde a criação da Frente Parlamentar Evangélica, em 2003²², até a 54ª legislatura (2011-2015), as pautas que se destacaram na atuação dos parlamentares evangélicos foram no campo da moralidade, tais como: proibição de casamento entre pessoas do mesmo sexo, medidas contra a interrupção da gravidez (mesmo em casos

²² A instalação oficial ocorreu “no dia 18 de setembro de 2003, em solenidade com cerca de 300 pessoas, entre parlamentares, lideranças e outros convidados, no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados.” (Sobre esse evento, registamos mais informações em Baptista, 2009, p.304-305).

amparados pela legislação brasileira) e intolerância diante da diversidade de gêneros, com ataques aos movimentos LGBTQI+.²³

Na eleição presidencial de 2018, ficou constatada a presença do voto evangélico como fator decisivo para a vitória de Jair Messias Bolsonaro. Em estudo de distribuição dos votos do 2º turno nos agregados religiosos, José Eustáquio Diniz Alves apresentou os seguintes números. “No segundo turno houve 104,8 milhões de votos válidos, sendo que Jair Bolsonaro obteve 57,8 milhões de votos (55,13%) e Fernando Haddad obteve 47,0 milhões (44,87%). A diferença foi de 10,76 milhões de votos.” (ALVES, 2018, s.p.). No mesmo estudo, Alves afirma que esse voto evangélico foi suficiente para compensar os votos dados a Haddad por outros grupos religiosos:

a diferença positiva que **Bolsonaro** obteve entre o eleitorado evangélico foi suficiente para compensar as derrotas entre as religiões Afro-brasileiras, os sem religião e os ateus e agnósticos. Os 11,6 milhões de votos que **Bolsonaro** obteve a mais do que **Haddad** entre os evangélicos foi maior que a diferença total registrada entre os dois candidatos, no resultado final. (ALVES, 2018, s.p., original com grifos).

A partir da eleição e posse de Jair Bolsonaro, na presidência da república do Brasil, houve a ocupação de ministérios pelo segmento evangélico conservador. Desde o afastamento do ministro Sérgio Moro, o ministério da Justiça vem sendo ocupado pelo advogado André Mendonça, da Igreja Presbiteriana do Brasil. O ministério da Educação, de igual modo, desde a saída de Abraham Weintraub, tem como titular outro presbiteriano, o professor Milton Ribeiro, que foi reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. No ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos, permanece, desde o início do governo Bolsonaro, a ministra Damares Alves, pastora pentecostal, ligada à Igreja Batista da Lagoinha, onde é filiada.²⁴ Portanto, a presença evangélica no governo Bolsonaro é bastante representativa e inclui segmentos conservadores do protestantismo, pentecostalismo e neopentecostalismo.

²³ Sobre o assunto, cf. o artigo Católicos e evangélicos na política brasileira (PY e REIS, 2015).

²⁴ As informações deste parágrafo foram escritas em outubro de 2020.

Concluindo

A contribuição evangélica para o processo republicano brasileiro foi buscada em dois segmentos distintos. No segmento dos parlamentares protestantes verificamos que essa influência era pautada pela defesa das liberdades civis, principalmente segurança; liberdade de consciência; de expressão; de associação e reunião. No segmento de parlamentares pentecostais e neopentecostais, essa contribuição se deu mais recentemente, a partir do congresso constituinte de 1987 e 1988, e tem enfatizando, sistematicamente, pautas de cunho moralista, ligadas a costumes.

Entendemos que essas ênfases distintas decorrem da formação política que se desenvolve no seio das próprias comunidades e no *ethos* diferente de cada segmento mencionado. A tradição protestante foi inspirada na defesa da laicidade do Estado, desde o começo do processo republicano brasileiro, até para garantir seu espaço em uma sociedade de tradição católica. No modo protestante de fazer política, não há lugar para a defesa de projetos de “candidatura oficial” da igreja, porque a escolha em quem votar é assunto de foro íntimo. Por outro lado, as tradições pentecostal e neopentecostal escalaram suas lideranças para serem seus “candidatos oficiais” aos parlamentos, tanto nacional, como estadual e municipal, conforme suas estratégias de ocupação do espaço público.²⁵ Nessas igrejas, os membros são intimados a votar nos “candidatos oficiais” que a liderança escolheu.

Ao apresentar as formas de governo praticadas pelas diferentes igrejas evangélicas, realçamos os modos como membros e lideranças dessas comunidades exercitam sua formação política. Experiências no âmbito interno das igrejas tendem a contribuir na formação de quem aspira seguir a vocação política em espaços externos, como associações, sindicatos, partidos, parlamentos e instâncias diversas do poder na sociedade. As igrejas de tradição protestante adotam tanto a democracia representativa, caso típico da tradição presbiteriana, como a democracia direta, comumente praticada pelas igrejas batistas, congregacionais e cristãs evangélicas. No caso das igrejas pentecostais, é mais comum se encontrar um híbrido de dominação tradicional com dominação carismática, centralizado na figura do pastor (WEBER, 2012, p.148-167).

Este texto é apenas um exercício de reflexão, mas esperamos que tenham sido apontados traços nítidos de comportamentos, recorrentes ao modo de fazer política que caracteriza nossa cultura. A contribuição evangélica, mesclada nesses dois segmentos de ênfases diferentes, continua a reproduzir práticas vigentes nos parlamentos.

²⁵ Fizemos pesquisa, durante o mestrado em sociologia, sobre essas estratégias, em eleição para vereadores, no município de Belém, capital do Pará (BAPTISTA, 2002).

O ingresso de pentecostais e neopentecostais nos parlamentos é reconhecido como inclusão de novos atores sociais no campo da política. Foi verificado em pesquisa que o Congresso se abriu para outros públicos, como sindicalistas e lideranças religiosas, a partir dos anos de 1980.²⁶ Antes, Câmara e Senado eram espaços fechados e frequentados pelas oligarquias e representantes do poder econômico, social e cultural da sociedade brasileira, confirmando o caráter elitista dessas casas. A chegada desses novos atores abriu e ampliou a participação popular não só no Congresso Nacional, mas, também, nas assembleias estaduais e câmaras dos municípios, visto que trouxe para esses parlamentos lideranças de comunidades religiosas constituintes das camadas inferiores da pirâmide social brasileira. Todavia, problematizamos os efeitos dessa nova presença. Como esses representantes das religiões do êxtase espiritual são caudilhos e coronéis de um modo de governar despótico, como explicamos em parágrafos anteriores, fica a suspeita se eles estão a disputar políticas e recursos públicos mais para ampliar o capital político que os mantêm no poder das igrejas, do que para beneficiar as populações carentes onde se situa a maioria dessas organizações religiosas.

Foram essas as conclusões que fluíram das ideias apresentadas. O objetivo foi trazer uma seleção representativa e bem diversificada da presença de protestantes, pentecostais e neopentecostais, na construção política da sociedade brasileira em sua dimensão republicana.

Referências

- ALVES, J. E. D., O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. *EcoDebate*, Rio de Janeiro, s.v., n° 3083, s.p., 29/10/2018. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *“Fora do mundo”, dentro da política: Identidade e “missão parlamentar” da Assembleia de Deus em Belém*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- BAPTISTA, Saulo. Paralelos entre formas de governo na filosofia política e tradições religiosas cristãs. *Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR*. Juiz de Fora, MG: ABHR, 2015, p.792-805.

²⁶ Destacamos, como exemplo, a pesquisa, publicada por Leôncio Martins Rodrigues, com o título *Mudanças na Classe Política Brasileira*, em 2006. O autor compara as legislaturas federais após as eleições de 1998 e 2002. A conclusão é que a composição social da Câmara dos Deputados se tornou mais popular e menos elitista.

- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009. 432 p.
- BASTIAN, Jean-Pierre. *Protestantismos y modernidad latinoamericana: história de unas minorias activas em América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- BEBBINGTON, David W. *Evangelicalism in modern Britain: a history from the 1730s to the 1980s*. London: Routledge, 1989.
- BELLOW, Adam. *Em louvor do nepotismo: uma história natural*. São Paulo: Girafa, 2006.
- BERNARDES, Adrião. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020 CPDOC.FGV.
- BLAINEY, Geoffery. *Uma breve história do cristianismo*. São Paulo: Fundamento, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, 1988.
- BOBSIN, Oneide. A morte morena do protestantismo branco: contrabando de espírito nas fronteiras religiosas. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 40, n. 2, p. 21-39, 2000.
- BOECHAT, João; DUTRA, Roberto e PY, Fábio. Teologia da prosperidade campista: Apóstolo Luciano e suas ressignificações religiosas na Igreja Pentecostal Semear. *Relig. soc.* [online]. 2018, vol.38, n.2, p.198-220. ISSN 1984-0438. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872018v38n2cap07>.
- BROWN, Rebecca. *Ele veio para libertar os cativos*. Belo Horizonte: WW, 1996.
- BROWN, Rebecca. *Prepare-se para a guerra*. Rio de Janeiro: Danprewan, 1998.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. A identidade protestante e a hegemonia pentecostal no cenário religioso brasileiro. *Koinonia*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 6, p.7-13, janeiro, 2008. http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=117&cod_boletim=7&tipo=Artigo
- CAMPOS, Bernardo. *El principio pentecostalidad: la unidad en el Espíritu, fundamento de la paz*. Salem Oregon (EUA): Kerigma, 2016.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. O protestantismo de missão no Brasil, cidadania e liberdade religiosa. *Revista Educação & Linguagem*. v. 17 • n. 1 • 76-116 • jan.-jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1043/el.v17n1p76-116>. Disponível em
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Os “políticos de Cristo” – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: *XXVI ANPOCS*, Caxambu, outubro de 2002. Disponível

- em:<https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt18-19/4486-lcampos-os-politicos/file>. Acesso em 11/04/2020.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Os *políticos de Cristo* – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. (org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2006, p. 29-89.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *Teatro, templo e mercado: uma análise da organização, rituais, marketing e eficácia comunicativa de um empreendimento neopentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1996.
- CARREIRO, Gamaliel da Silva. Democracia Epidérmica: declínio do congregacionalismo e ascensão do episcopado nas igrejas evangélicas brasileiras. In: *Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões*, XII, 2011, Juiz de Fora (MG). Plura. Juiz de Fora: ABHR, 2011. GT 02: Evangélicos Protestantes no Brasil e o Ecumenismo. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/226/161>. Acesso em 25/03/2015.
- CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. São Paulo: Nascente, 1985.
- COIMBRA, Daso de Oliveira. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020 CPDOC.FGV.
- CORREA, Marina. *Assembleia de Deus: ministérios, carisma e exercício de poder*. São Paulo: Fonte, 2013.
- CUNHA, M. do N. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico brasileiro*, Rio de Janeiro, Mystérium e Mauad, 2007.
- DREHER, Martin N. Protestantes-Evangélicos: buscando entender. In: DIAS, Zwinglio Mota; PORTELLA, Rodrigo; RODRIGUES, Elisa (org.) *Protestantes, evangélicos e (neo)pentecostais: história, teologias, igrejas e perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Fonte, 2014, p.27-72.
- FAGUNDES, Aldo de Silva. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020 CPDOC.FGV.
- FONSECA, A. B. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Bragança Paulista, Universidade de São Francisco, 2003.

- FONSECA, Alexandre *Brasil. Evangélicos e mídia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusf; Curitiba: Ifan, 2003.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo Brasileiro. In ANTONIAZI, Alberto. Et al. *Nem Anjos Nem Demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FRESTON, Paul. Evangélicos na política brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: ISER, n° 16/1-2, 1992.
- FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.
- FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*. 1999, pp. 329-340. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/freston.pdf>. Acesso em 23/10/2020.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- HICKEY, Marilyn. *Quebre a cadeia da maldição hereditária*. Rio de Janeiro: Danprewan, 1993.
- IGREJA E SEITA. In: *Infopédia* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$igreja-e-seita](https://www.infopedia.pt/$igreja-e-seita). Acesso em 24/10/2020.
- ITIOKA, Neuza. *A igreja e a batalha espiritual: você está em guerra!* São Paulo. Sepal, 1994.
- LEN (Liga de Emancipação Nacional). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020
- LIMA, Aurélio Viana de Cunha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020 CPDOC.FGV.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *O que você precisa saber sobre batalha espiritual*. 4. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola. 1999.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estud. av.*, São Paulo , v. 18, n. 52, p. 121-138, Dec. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300010>.

- MARTINS JÚNIOR, Rafael Gioia. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020 CPDOC.FGV.
- MARTINS, Edgar. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 376 p.
- MENDONÇA, Antônio Gouvea. A. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. *Revista USP*, n. 67, p. 48-67, 1 nov. 2005.
- MENDONÇA, Antônio Gouvea; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- OLIVEIRA, Cilas Ferraz de. *Nunca, na história deste país... A contribuição de Guaracy Silveira ao metodismo do Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Educação). PPGE-Unimep - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2008, 161p. Disponível em: http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/2006/WSLACRIPENFI.pdf. Acesso em 08/04/2020.
- OLIVEIRA, Cilas Ferraz de. Protestante na política: o caso Guaracy Silveira. In *X Simpósio Internacional Processo Civilizador*. Campinas, 1º-4 de abril de 2007. Disponível em http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Cilas_Ferraz.pdf. Acesso em 07/04/2020.
- PERETTI, Frank E. *Este mundo tenebroso*. 2. ed. São Paulo: Vida, 1990.
- PY, Fábio; REIS, Marcos Vinícius de Freitas. Católicos e evangélicos na política brasileira. *Estudos de Religião* [online], 2015, v. 29, n. 2, p 135-161. ISSN: 2176-1078. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/229051501.pdf>. Acesso em 01/11/2020. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v29n2>.
- RESENDE, Iris. *Discurso em homenagem aos 100 anos da Igreja Cristã Evangélica*. Brasília: Senado, 28/06/2002. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/325702>. Acesso em 10/04/2020.

- RESENDE, Iris. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.
- ROMEIRO, Paulo. *Super crentes*. São Paulo: Mundo Cristão. 1993.
- SALDANHA, Nelson. *O pensamento político no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- SANTOS, Israel Silva dos. Catolicismo: identidade e significado no Brasil do século XIX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011a. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300193778_ARQUIVO_artigoa_npuh.pdf. Acesso em 02/04/2020.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. A idéia de democracia e a cultura política no protestantismo brasileiro. In: *CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 5º, 2011, Maringá. Anais do V Congresso Internacional de História. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011b. p.2398-2410. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/9.pdf>. Acesso em 26/10/2020. <http://doi.org/10.4025/5cih.pphuem.1610>.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (org.). *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, Deyvid Souza Bacelar da; SOUZA, Maria de Lourdes Albuquerque. Teologia da prosperidade, mercantilização do sagrado: um estudo sobre a igreja celular no modelo dos doze em Feira de Santana – BA. *Revista Sitientibus*. Bahia. v.1, n. 43, p. 27-46. 2010. Disponível em http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/43/1.2_teologia_da_prosperidade.pdf. Acesso em 01/11/2020.
- SILVEIRA, Guaraci. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 24/10/2020 CPDOC.FGV.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

-
- WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4ª ed. Brasília: UnB, 2012.
- WILLEMS, Emilio. *Followers of the new faith: culture change and the rise of protestantism in Brazil and Chile*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967.
- WONDRACEK, Karin Hellen Kepler. *Fenômenos sobrenaturais? uma abordagem psicanalítica do demônio*. São Leopoldo: Sinodal, 2009.
- XAVIER, Érico Tadeu. Teologia da prosperidade: história, análise e implicações. *Kerygma – Revista Eletrônica de Teologia*. Paraná. v. 5, n. 2, (2009) p. 120-147. Disponível em <https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/202>. Acesso em 01/11/2020.